Depois do 11 de Setembro: um liberalismo pós-democrático

Manuel Villaverde Cabral[1]

Teve lugar em Setembro passado, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o 8.º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Trata-se de uma iniciativa tomada em boa hora pelo sociólogo Boaventura Sousa Santos em 1990 e que, desde então, tem reunido regularmente centenas de cientistas sociais de língua portuguesa numa profícua base de cooperação. Há 4 anos atrás, no Congresso do Porto, apresentei a minha visão dos efeitos deletérios que a globalização neo-liberal tem tido sobre o funcionamento dos sistemas políticos representativos e sobre o exercício individual e colectivo da cidadania[2]. Agora, em Coimbra, voltei ao tema à luz da evolução política internacional posterior ao 11 de Setembro.

Ante-bellum

[1] Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

[2] *Ideias à Esquerda*, 1 (2002); publicado também no Brasil em José Augusto Fontoura Costa (organizador), *Globalização e Soberania*, Santos, 2004.

Eis uma lista não exaustiva dos efeitos de médio e longo prazo que a globalização vinha já exercendo sobre o funcionamento do sistema representativo antes do 11 Setembro e das guerras que se lhe sucederam (Afeganistão) e que ainda prosseguem (Iraque). O mais notório desses efeitos é, seguramente, o recuo crescente da intervenção estatal do domínio económico e social, acompanhado de um apagamento programado dos aparelhos de Estado ante o qual as sociedades civis reais – como lhes chama Jeffrey Alexander[3] – se têm revelado não só muito distantes da idealização liberal, como têm frequentemente parasitado, quando não canibalizado, os regimes democráticos emergentes, conforme sucede em boa medida em Portugal, para não falar nas sociedades pós-comunistas e no Terceiro Mundo.

Concomitantemente, ante a drástica redução de alternativas financeiras, económicas e sociais que caracteriza a globalização, a esfera política – *maxime* a política democrática enquanto "luta de classes por via eleitoral", segundo a fórmula feliz mas ultrapassada do politólogo norte-americano Seymour M. Lipset[4] - esvaziou-se do seu conteúdo substantivo. Com efeito, não passa um dia sem que um ideólogo neo-liberal não repita a frase que consagra o "fim da política", a saber: "Não há alternativa"! Ao mesmo tempo, quaisquer expectativas de conferir conteúdo substantivo à democratização política em termos sociais e económicos são declaradas "excessivas", como sucede actualmente no Brasil, apesar da vitória eleitoral maciça de Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores, porventura o maior partido de esquerda do mundo. Esta perda generalizada de substância política afecta, como é óbvio, a forma como a democracia é vivida ao nível da própria motivação dos cidadãos para a participação.

Com incidência variável de sistema para sistema, segundo as estruturas sócio-culturais que sustentam cada um deles e que hoje reemergem com toda a sua potência ante o apagamento do Estado, pode dizer-se que a crise dos sistemas representativos é geral ou, mais apropriadamente, global. Um exemplo flagrante, numa sociedade onde isso não seria de esperar, como a Suécia, foi a recusa popular em aderir à moeda única europeia

[3] J. Alexander (organizador), *Real civil societies: dilemmas of institutionalization*, Sage, New York, 1998.
[4] S. M. Lipset, *Consenso e conflito : ensaios de sociologia política*, Gradiva, Lisboa, 1992.

apesar do apelo de todos os grandes partidos. Não admira, pois, que a crise da representação se traduza numa tendência generalizada para a quebra da participação política e da identificação ideológica com organizações partidárias formadas, na melhor das hipóteses, para representar clivagens sociais tradicionais. Onde estas clivagens se tornaram irrelevantes, tendo cedido o lugar a novas clivagens sem representação partidária eleitoralmente viável, a participação eleitoral não chega, por vezes, ao *quorum* mínimo para legitimar as novas elites, como acontece nas sociedades pós-comunistas e não só. Daqui decorre, por seu turno, a manifesta decadência da instituição representativa por excelência, o parlamento, e a sua crescente subordinação ao executivo e deste último, bem como dos partidos que o sustentam, a líderes pseudo-carismáticos cuja popularidade é feita e desfeita na *mídia*.

Antes mesmo da maturação do processo da globalização moderna, lançado há cerca de três décadas, quando Nixon decretou unilateralmente em 1971 a desvinculação do Dólar americano relativamente ao *gold exchange standard* e à filosofia de Bretton Woods[5], já os antigos partidos de massas haviam passado, nas sociedades mais desenvolvidas, aos chamados partidos *catch all* e, posteriormente, destes aos partidos-cartel.[6] Finalmente, sob o pleno impacto da globalização, estamos a passar dos partidos-cartel a um autêntico cartel de partidos empenhado na perpetuação dos sistemas partidários vigentes como condição da sobrevivência dos membros do cartel enquanto "órgãos burocráticos do Estado" financeiramente mantidos por este. Ora, este monopólio virtual da oferta política detido pelos cartéis partidários, sem opções quanto à maioria das questões com valor estratégico, viola duas condições básicas do modelo democrático, a saber: paralisa o funcionamento do "mercado político" e esvazia a competição partidária do seu potencial de mudança ante a crescente complexidade do ambiente social.[7]

---

[5] "Quando o padrão ouro de troca foi abolido, o Mercado de câmbios deixou de ser uma especialidade financeira pouco importante para passar a estar na frente da economia internacional em todo o mundo. Com isto, iniciou-se um sistema em que a taxa de câmbio da moeda passou a flutuar segundo índices de marcado. A moeda de cada país deixou de ser comparada com o padrão ouro mas sim pelo seu valor comparado com outras moedas" (James Kitchens, "International Currency Exchange Rate" **http://currency.articleinsider.com/51640_international_currency_exchange_rate.html**). Foi este mecanismo que permitiu, por exemplo, pressionar a moeda brasileira durante a campanha eleitoral de 2002, o que teve certamente efeitos directos sobre a actuação política do governo Lula.

[6] F. Farelo Lopes, *Os partidos políticos*, Celta, Oeiras, 2004.

[7] Danilo Zolo, *Democracy and complexity: a realist approach*, Polity Press, Cambridge, 1992: 115-123.

Entretanto, quanto menores se tornam as diferenças entre os partidos ao nível das políticas públicas e mais áspera é a luta pelos despojos do poder, maior tende a ser o dispêndio de recursos na imagem de lideranças telegénicas, transformando cada vez mais a vida política num espectáculo onde o *marketing* eleitoral se confunde com a publicidade comercial. A fulanização do espectáculo político corresponde, na realidade, a uma busca patética do carisma ante a burocratização das actividades governamentais e partidárias, o que destrói qualquer processo de formação da opinião pública com base num debate minimamente informado e transparente. Com efeito, a mediatização global, materializando de algum modo a *sociedade do espectáculo* anunciada nos anos '60 e fazendo da própria informação um entretenimento (o chamado *infotainment*), constitui o lubrificante quotidiano da crescente orientação à esfera privada e ao consumo, ao mesmo tempo que, por efeito do *agenda-setting*, restringe gradualmente o campo dos temas políticos ao leque definido pelo processo de globalização, condicionando assim a emergência de alternativas e o próprio exercício da "vida activa".[8]

A desmobilização dos eleitorados está articulada com o agravamento da crise de representação e todos estes factores tendem a reforçar-se uns aos outros numa espiral cujo fim é imprevisível, mas da qual algumas dimensões foram já bem identificadas, como a *dupla espiral do silêncio e do cinismo*, que hoje caracteriza a comunicação política na esmagadora maioria das democracias reais: silêncio dos cidadãos transformados primeiro em consumidores e, depois, em espectadores da vida política[9]; e cinismo mútuo entre o público, por um lado, e os políticos profissionais e a mídia, por outro.[10] Esta "americanização" da vida política europeia, correlativa da importação de padrões mediáticos alheios às nossas tradições culturais, acaba por ter efeitos ainda mais deletérios na Europa do que no próprio país de origem, como se constata na Itália de Berlusconi e no Portugal de Santana Lopes!

---

[8] Hannah Arendt, *A condição humana*, Relógio de Água, Lisboa, 2001.
[9] E. Noelle-Neuman, *La espiral del silencio : opinión pública - nuestra piel social*, Editorial Paidós, 1995.
[10] Joseph N. Cappella & Kathleen Hall Jamieson, *Spiral of cynicism : the press and the public good*, Oxford University Press, 1997.

Não é impossível, pois, que Habermas tenha tido razão – por assim dizer, antes de tempo – quando formulou a sua tese sobre a *crise de legitimação* do que então designou por *capitalismo tardio*, no preciso momento em que o modelo de regulação *welfarista* ia atingir o seu ponto de viragem sob o impacto da globalização emergente.[11] E terá tido razão, em especial, ao reconduzir o défice de legitimação a uma potencial *crise de motivação*, cujos efeitos estão agora sob os nossos olhos. Efectivamente, se é certo que os indicadores quantitativos convencionais da mobilização política e social são bem conhecidos, convém também apontar algumas manifestações qualitativas da crise de motivação que afecta a participação política e o funcionamento democrático.

Para dar apenas alguns exemplos, a constituição da tóxico-dependência e da exclusão social em maciços fenómenos societais pós-modernos, totalmente distintos do consumo de drogas e da pobreza nas sociedades tradicionais, constitui uma das marcas mais evidentes e dolorosas da ruptura neo-liberal com os valores integradores do *welfare state*. Por sua vez, há poucas décadas atrás, a escola constituiu um extraordinário instrumento de mistura e mobilidade social, de emancipação cultural e expansão da cidadania; hoje, porém, em virtude da própria massificação escolar, este recurso já não está ao dispor dos "pobres", enquanto os "ricos" clamam pela privatização do ensino público; na sequência disso, o "insucesso escolar" surgiu, tanto no centro quanto na periferia do mundo global, como um novo mecanismo de exclusão social e de desmotivação pessoal associado às outras manifestações da pobreza. Também a emigração, que foi durante décadas uma das "válvulas de segurança" das sociedades periféricas, deixou de fazer parte da solução dos problemas de sub-desenvolvimento para passar a fazer parte do problema da exclusão nos países de destino, nomeadamente ao nível do exercício dos direitos de cidadania e da representação política. Com efeito, o défice da cidadania é duplo: há quem possua o direito de participar e não o faça, e há muitos que pretenderiam intervir mas não possuem sequer o direito de voto.

Por sua vez, a privatização – individual, familiar, profissional, etc. – é outra manifestação da desmotivação ante o investimento das pessoas e dos grupos na esfera pública. A

[11] Jurgen Habermas, *Legitimation crisis* [Problemas de legitimação no capitalismo tardio], Beacon Press, Boston, 1975.

evolução das profissões e dos sistemas de trabalho, com a ideologia das carreiras e a competição entre as novas categorias de assalariados, bem como os movimentos globais de deslocalização industrial e precarização laboral, destruíram não só as antigas culturas populares e as solidariedades de classe, como minaram os próprios fundamentos da acção colectiva. Do ponto de vista político, o que caracteriza a era da globalização é o fosso crescente entre a cidadania formal e a cidadania efectiva. Drasticamente restringidas as condições objectivas e a motivação subjectiva para a mobilização, tanto por motivos endógenos como exógenos aos sistemas políticos, a questão que hoje se coloca, quando a democracia se tornou absolutamente hegemónica enquanto retórica, é a dos graves défices que se observam no exercício real dos direitos de intervenção política, para além de uma participação eleitoral cada vez mais ritualizada e desprovida de conteúdos substantivos.

Por fim, antes mesmo do 11 de Setembro, já os défices no exercício popular da cidadania haviam feito ressurgir, em todas as novas democracias e até em muitas das mais consolidadas, a conhecida estratificação oitocentista entre, por um lado, as oligarquias e clientelas que monopolizam a representação política, tanto nos espaços nacionais como supra-nacionais (como é manifestamente o caso na União Europeia), e por outro lado, um conjunto segmentado de eleitorados indiferenciados do ponto de vista ideológico, mas ao mesmo tempo, cada vez mais segmentados em grupos desmotivados e, muitas vezes, alheios ao espaço público convencional dos actuais regimes representativos.

Post-bellum

Quatro anos mais tarde, depois do 11 de Setembro e das suas sequelas, nomeadamente a ocupação em curso do Iraque, todos aqueles efeitos políticos da globalização se agravaram e é muito improvável que, mesmo no caso de a actual administração norte-americana ser substituída pelo Partido Democrata, as coisas voltem a ser como dantes. Há demasiados factores em jogo, tanto do lado da oferta como da procura de bens políticos, assim como em todo o ambiente financeiro, económico, social, cultural e mediático que envolve o sistema político global, para que tal aconteça.

Desde logo, a guerra em geral e, em especial, a "guerra contra o terrorismo" têm o efeito de desviar a atenção, por assim dizer, dos eventuais conflitos sócio-económicos de ordem vertical – isto é, entre camadas estratificadas de cada sociedade ou conjunto de sociedades (por exemplo, a União Europeia) – e sobretudo o efeito de congelar e até deslegitimar esses conflitos intra-societais em nome da primazia do conflito bélico alegadamente inter-societal, para não dizer inter-civilizacional, como na tese de Huntington sobre o choque de civilizações. É bom ter presente, aliás, que não se trata de uma mera tese académica, mas sim de uma profecia geo-política, cujos defensores tudo fizeram para que ela se cumprisse, de acordo com o esquema conhecido das *self-fulfilling prophecies*.[12] Só para dar um exemplo imediato desta nova tendência para o congelamento da lutas políticas intra-societais em nome do conflito bélico inter-civilizacional, aquando da discussão do primeiro orçamento de Estado português após o 11 de Setembro, um conhecido comentador nacional argumentou que os partidos da oposição deveriam chegar rapidamente a acordo com o governo, sob pena de criar a impressão, junto da opinião pública, de que o país não estaria a viver um momento político excepcional que exigia o abaixamento das bandeiras partidárias![13]

Não é impossível, pois, que Danilo Zolo, num livro controverso mas extremamente lúcido, *Democracy and complexity*, publicado há quase década e meia (1992), tenha razão ao dizer que a democracia – tal como a conhecíamos até há pouco tempo, já sob a forma mitigada da poliarquia[14] – se tenha tornado um sistema demasiado grosseiro e antiquado para dar conta da hiper-complexidade das sociedades contemporâneas, em especial quando cada uma delas passou a ser crescentemente sobre-determinada pela escala global.

Com efeito, segundo os autores da "escola realista", como o próprio Zolo, a complexidade das sociedades actuais, acrescida pelos efeitos induzidos pela globalização,

[12] Samuel Huntington, "The clash of civilizations", *Foreign Affairs*, Verão de 1993.
[13] António Barreto, *Público,* 17 de Outubro de 2001; M. V. Cabral, "A Guerra contra a política"; *Diário de Notícias*, 18 de Outubro de 2001.
[14] Robert Dahl, *Polyarchy; participation and opposition*, Yale University Press, New Haven, 1971.

tem vindo a tornar-se incompatível não só com muitos mecanismos convencionais da democracia como, sobretudo, com a sua retórica participativa e representativa. Ao contrário do que os ideólogos demo-liberais e social-democratas crêem, a verdade é que, para conservadores como Crozier e Huntington, no seu relatório de 1975 à Comissão Trilateral sobre a ingovernabilidade democrática, os notórios disfuncionamentos dos regimes representativos não se deviam tanto à falta de democracia como, na realidade, ao "excesso".[15] Deste modo, Zolo já previa que a democracia estava destinada, não a desaparecer, mas a involuir no sentido de regimes sub-representativos ou mesmo para sistemas sub-poliárquicos, para não dizer autoritários, como aquele que vigora, com êxito aparente, em Singapura.[16]

Com efeito, não é impossível, com a subida da parada político-militar que representou a resposta americana ao ataque cego e mortífero do terrorismo islâmico, completamente desligado como este está das lutas políticas clássicas por mais democracia e mais bem-estar social, é antes bem provável que tenhamos entrado definitivamente numa era pós-democrática. E não só no plano internacional. Como é sabido, a ordem geo-política, como reconhecem os "realistas" das relações internacionais, nunca foi democrática, vigorando no seu seio o princípio schmittiano do amigo/inimigo ao qual o Presidente Bush apelava quando clamava: "Quem não está connosco, está com o terrorismo".

Ora, depois do 11 de Setembro, esse mesmo princípio foi introduzido na ordem doméstica a coberto da guerra e da segurança nacional, e com os mesmos efeitos de mobilização patriótica em detrimento da desmobilização política. Basta ver a forma como as opiniões públicas de numerosos países foram abertamente contrariadas pelos governos aliados dos USA, incluindo o governo português, bem como a violência simbólica com que foram silenciados os argumentos anti-belicistas e alter-mundialistas. Ou seja, o limbo democrático onde habitualmente se situam as relações internacionais, onde predominam as decisões baseadas no cálculo das relações de forças entre os países relevantes, esse

[15] M. J. Crozier, S. P. Huntignton e J. Watanuki, *The crisis of democracy: Report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*, New York University OPress, 1975.
[16] D. Zolo, "The Singapore Model": Democracy, Communication and Globalization", in K. Nash & A. Scott (organizadores), *The Blackwell Companion to Political Sociology*, Oxford, 2004.

limbo passou a envolver as próprias sociedades nacionais, instaurando uma lógica de amigo/inimigo entre apoiantes e adversários da actual agenda da globalização.

Contudo, convém acrescentar que, embora as tendências censórias e o desrespeito pelos direitos civis dos acusados de terrorismo frisem o autoritarismo, o pacote básico das liberdades cívicas ainda não foi nem será necessariamente afectado, nas nossas sociedades, para os portadores do passaporte nacional; o mesmo já não se pode dizer das massas crescentes de imigrantes. Nesta medida, é lícito concluir que o neo-liberalismo prevalecente na ordem financeira e económica global acabou por gerar, na ordem política e institucional, um sistema que pode e deve ser classificado como pós-democrático. Este liberalismo pós-democrático surge, assim, retrospectivamente, como a terceira etapa histórica do liberalismo político.

Com efeito, até à generalização do sufrágio universal, da escolarização de massas e da emergência dos partidos classistas, em suma, até ao advento da *mass politics* e da revolta contra as elites tradicionais, prevaleceu o *liberalismo oligárquico-clientelar*. Esta primeira etapa do liberalismo durou – nos países politicamente relevantes da época – até à 1ª. Guerra Mundial, entrando o sistema em crise com aquilo a que Mosca chamou, ainda antes guerra, "o crepúsculo do Estado liberal" e desembocando no pós-guerra numa prolongada "guerra civil europeia", como a designou Ernst Nolte, de que o advento das ditaduras nazi-fascistas, da Revolução Russa e do regime comunista são momentos críticos irreversíveis no declínio do liberalismo pré-bélico. [17] No plano mundial, a esta longa etapa do liberalismo oligárquico corresponde basicamente a ordem colonial, isto é, o imperialismo clássico de ocupação territorial e exploração de recursos primários em regime de administração directa ou indirecta, cujo paradigma foi o império britânico.

No período de entre-guerras, nomeadamente a partir do *crash* financeiro de 1929, o liberalismo entra numa segunda etapa cujas marcas fundamentais, em resposta às soluções autoritárias encontradas no pós-guerra para a crise agónica do Estado liberal,

[17] Ernst Nolte, *Der europäische Bürgerkrieg, 1917-1945 : Nationalsozialismus und Bolschewismus*, Propyläen Verlag, Berlim,1987 (existe tradução espanhola).

são o *New Deal* nos Estados Unidos e a implantação dos primeiros dispositivos do *Welfare State* keynesiano na Escandinávia e no Reino Unido, o *Front Populaire* em França (inventando não só a união das Esquerdas mas também instituições como, por exemplo, as férias pagas), como ainda a Guerra de Espanha enquanto auge da "guerra civil europeia". Com a vitória da aliança entre as democracias e a União Soviética na 2ª. Guerra Mundial, os sistemas representativos dos países mais desenvolvidos entram numa segunda etapa – o *demo-liberalismo* – que pode ser descrita como a canalização da luta de classes para a via eleitoral, conforme a expressão de Lipset, que se caracteriza, tipicamente, pelo desenvolvimento do *Welfare State* e pelo reconhecimento político do primado dos direitos sociais sobre o mercado económico.[18] No plano internacional, ao liberalismo democrático correspondeu a descolonização, a emergência do chamado Terceiro Mundo e a polarização mundial em duas grandes áreas de influência político-militar e ideológica – a Americana e a Soviética – num ambiente de "guerra fria" melhor descrito, porventura, como o equilíbrio do terror nuclear.

Foi este liberalismo democrático (ou social-democracia) que entrou em crise no início dos anos '70 do século passado com o início paulatino da globalização financeira, emergindo nitidamente a nova etapa na ordem internacional com a "guerra das estrelas", acelerada pela queda do muro de Berlim e a implosão do império soviético, e consumada na ordem nacional com o 11 de Setembro. É o *liberalismo pós-democrático*, tipicamente caracterizado por aquilo a que Zolo chama o "desvanecimento do mito da representação política" em resultado da actual crise das formações partidárias ante o colapso de alternativas viáveis. Com este mito, rasgam-se também "os pressupostos semi-escondidos que estão por trás da teoria democrática".[19] Rasgam-se, em suma, ante os olhos dos eleitores e dos excluídos do direito de voto, as ficções liberais!

Assumindo manifestações como a "democracia mediática", o liberalismo pós-democrático, ao restabelecer o primado do económico sobre o social na ideologia e da decisão políticas, subordina-se na realidade ao processo de globalização. Para tanto,

[18] Cf. Karl Polanyi, *The Great Transformation*, New York, 1944 (existe tradução brasileira); M. V. Cabral, "O cidadão e o Estado-Providência", in *Cidadania política e equidade social*, Edições Celta, Oeiras, 1997.
[19] R. Dahl, *Democracy and its critics* [1989], *apud* D. Zolo, *Democracy and complexity*, pp. 74-81; 113-14.

beneficia da deslegitimação dos regimes e ideologias socialistas e impõe a retracção drástica do Estado interventor e da própria regulação política, permitindo assim a emergência das "sociedades civis reais", ou seja, das forças melhor organizadas do mercado, incluindo não só certos corporativismos profissionais em detrimento do pleno-emprego e dos antigos direitos laborais, como até as máfias que dominam fatias tão grossas da economia global como a droga, o tráfico de armas e de seres humanos!

Paradoxalmente ou talvez não, com a "terceira vaga", a partir do momento em que a democracia se tornou, no dizer de, "the only game in town" (Philippe Schmitter), ela transformou-se num liberalismo pós-democrático marcado pela quebra do vínculo representativo entre eleitores e eleitos ante o esvaziamento substantivo das alternativas eleitorais, a fragmentação do espaço público, o deperecimento dos partidos e parlamentos, o distanciamento dos eleitorados e o confinamento dos indivíduos à esfera privada.[20] Entretanto, a globalização financeira traduz-se na privatização sistemática dos serviços públicos e no desmantelamento do *Welfare State* desencadeado pela alegada "crise fiscal do Estado" e pela chamada "revolução conservadora" que se lhe seguiu (Reagan, Thatcher), impondo gradualmente o seu império ao resto do mundo, em particular à União Europeia, que durante algum tempo figurou como pólo alternativo à dominância norte-americana, mas que há mais de uma década, com o Tratado de Maastricht, a convergência monetária e, finalmente, o último alargamento, entrou numa deriva cuja manifestação mais óbvia é o défice democrático.

Há cerca de trinta anos, precisamente quando o demo-liberalismo iniciava o seu lento declínio, um democrata radical falava de uma democracia pós-liberal.[21] Vinte anos depois, outro crítico da ideologia demo-liberal, Danilo Zolo, já entrevia como evolução uma "democracia pós-representativa" e alertava para o risco da deriva política democrática sob os efeitos da globalização. Finalmente, o 11 de Setembro, precipitou os processos em curso há três décadas para dar um passo decisivo no sentido de uma nova etapa política: um sistema liberal elitista pós-democrático. Com excepções esporádicas,

[20] J. A. Porras Nadales (organizador), *El debate sobre la crisis de la representación política*, Ed. Tecnos, Madrid, 1996.
[21] C. B. Macpherson, *Democratic theory: essays in retrieval*, Clarendon Press, Oxford, 1973.

sobretudo no centro da velha Europa politizada na tradição da luta de classes, enquanto as eleições oferecem cada vez menos alternativas e o jogo político se torna-se puramente formal, a democracia, no sentido rawlsiano de liberdade política com equidade social, desaparece para ficar apenas o liberalismo – um liberalismo pós-democrático em que a economia tomou de novo conta da política. No plano internacional, quebrado o equilíbrio entre as duas potências, está ainda por fazer uma teoria daquilo que corresponde a este liberalismo pós-democrático. O Império à maneira de Negri e Hardt[22] é uma expressão gráfica e, porventura, mobilizadora das franjas mais radicais do movimento alter-mundialista, mas fica muito aquém da realidade da globalização bem como da complexidade do liberalismo pós-democrático. Resta saber como se sustentarão a motivação dos cidadãos para participar em rituais esvaziados de conteúdo e a legitimidade deste novo liberalismo pós-democrático que restringiu os limites do contrato social a essa segurança tipicamente hobbesiana que é a guerra contra o terrorismo.

[22] A. Negri e M. Hardt, Empire, Harvard University Press, 2000 (existe tradução portuguesa).